

VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
28 a 31 de outubro de 2007 • Salvador • Bahia • Brasil

GT 5 – Política e Economia da Informação
Comunicação oral

**CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO:
aspectos epistemológicos e metodológicos¹**

***CONSTRUCTION OF INFORMATION POLICIES: epistemological and
methodological aspects***

Ronaldo Ferreira de Araújo (PPGCI/UFMG, Bolsista FAPEMIG, ronaldfa@eci.ufmg.br)
Anderson Fabian Ferreira Higinio (*) (PPGCI/UFMG, Professor do CEFET-MG, afhiginio@gmail.com)
Carolina de Souza Paes Scott (ECI/UFMG, carolspscott@globo.com)

Resumo: discute-se a construção de políticas de informação, do ponto de vista da reflexão epistemológica e da proposição metodológica. Com base em trabalhos de Bruno Latour e Bernd Frohmann, aponta-se uma abordagem capaz de favorecer o enfrentamento dos desafios identificados no campo em questão. Para dar a essa abordagem uma materialidade que contemple a dinâmica de múltiplos níveis locais e globais presente no processo da construção política, indica-se a articulação de modelos analíticos propostos por Boaventura de Sousa Santos e Janete Maria Lins de Azevedo. A discussão visa propiciar a identificação de possibilidades e o apoio ao desenvolvimento de estratégias ligadas à conquista de uma relação menos desequilibrada entre pressões globais e potencialidades locais. Coloca-se como horizonte um atendimento a demandas locais de acesso à informação em paralelo com a construção de condições locais adequadas a uma participação na “sociedade da informação” que garanta espaço para a manifestação da identidade cultural, com menor risco de submissão a uma lógica de subalternidade.

Palavras-chave: política de informação. regime de informação. epistemologia política. multiculturalismo. contra-hegemonia.

Abstract: *this paper discusses the construction of information policies from the standpoint of epistemological reflection and methodological proposition. Theorizations developed by Bruno Latour and Bernd Frohmann are the point of departure to choosing an approach that allows adequate confrontation of the various challenges that construction meets. We also advance the suggestion of articulating analytical models proposed by Boaventura de Sousa Santos and Janete de Azevedo, so as to deal with the multiple-level dynamics of local and global interactions involved in policy construction. Our discussion aims at paving the way to the identification of possibilities and the stimulation of strategy development in situations involving the pursuit of a less unbalanced relationship between local potentialities and global pressures. The horizon we envision associates answering to local demands for information access with creating adequate local conditions to participating in “information society” with enough space guaranteed for the manifestation of cultural identity and lesser risk of subscription to subalternity.*

Keywords: *information policy. information regime. political epistemology. multiculturalism. counter-hegemony*

1 APRESENTAÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é a construção de políticas de informação, discutida do ponto de vista da reflexão epistemológica e da abordagem metodológica. De início, tratam-se questões conceituais sobre política e epistemologia, como subsídio para a reflexão sobre os desafios enfrentados por iniciativas voltadas a essa construção. A seguir, apresentam-se, com base em trabalhos de Bruno Latour e Bernd Frohmann, abordagens epistemológicas e metodológicas capazes de contribuir para o enfrentamento desses desafios.

Levando-se especialmente em conta o caráter complexo do objeto de estudo, decorrente da presença intersticial da informação nas interações que ocorrem em uma enorme multiplicidade de instâncias e instituições sociais, indica-se a conjugação de modelos analíticos propostos por Boaventura de Sousa Santos e Janete Azevedo. Busca-se, assim, dar materialidade à abordagem da dinâmica de múltiplos níveis locais e globais presente no processo de construção de políticas. Nessa linha, discute-se um projeto de pesquisa-ação no qual se identificam potencialidades para a busca de uma relação menos desequilibrada entre as pressões pelo atendimento a demandas de acesso à informação, tanto locais quanto globais, e a construção de condições locais adequadas a uma forma de participação na “sociedade da informação” que garanta espaço para a manifestação da identidade cultural local, sem submissão a uma lógica de subalternidade.

2 POLÍTICA E INFORMAÇÃO

Como assinala Bobbio (1995), a discussão conceitual da política remete, necessariamente, ao poder, que é toda relação impositiva, dependente da posse de meios de efetivação, manifesta nos campos econômico, ideológico e político. Se o poder econômico pressupõe a posse dos meios de produção e o ideológico, de formas específicas de saber, o poder político caracteriza-se, no limite, pelo recurso possível à força física. Por ser esse o poder com supremacia numa sociedade de desiguais, a concepção moderna reserva ao Estado a exclusividade e a institucionalidade do uso da força. Reconhecendo a Gramsci a identificação do caráter dual da superestrutura teorizada por Marx, Bobbio esclarece: enquanto a economia fornece a estrutura material do funcionamento da sociedade, a superestrutura envolve as construções possíveis de consenso, no âmbito da *sociedade civil*, e as disputas por domínio hegemônico, no âmbito da *sociedade política*.

Por sua vez, Santos (2000) concebe o poder como qualquer relação social regulada por uma troca desigual. O autor busca ir além do dualismo entre Estado e sociedade civil, propondo um complexo mapa de *estrutura-ação* das sociedades capitalistas no sistema mundial. Essa proposta decorre de uma adesão crítica à concepção de poder de Foucault, com ressalvas e esforço de superação quanto a seu caráter excessivamente dispersivo e fragmentário, bem como à contraditória monoliticidade com que nela se abordam as instâncias estatal e disciplinar. As desigualdades, localizadas no núcleo conceitual do poder, referem-se a aspectos materiais e não-materiais. As relações efetivam-se seguindo, necessariamente, um duplo princípio de *distribuição* e *constelação*, o que dá a seu funcionamento um caráter bipolar de inibição/permissão na abertura de novos caminhos relacionais. Precisamente esse caráter ambivalente estabelece um contexto complexo, que abre possibilidades aos esforços de desenvolver relações emancipatórias, pelas quais se transforma capacidade de reproduzir poder em capacidade de destruí-lo. A eficácia de cada um desses esforços exige sua integração numa constelação de outras práticas e relações emancipatórias, o que faz da *capacitação* e da *distribuição* as duas faces da emancipação.

Numa abordagem articulável com a de Santos, Braman (2004) discute como as relações de poder características do campo da política definem o *regime político* vigente. Este pode ser visto, em princípio, como conjunto de regras, leis e normas surgidas do relacionamento complexo e dinâmico dos múltiplos atores formais e informais que constituem o Estado. Aprofundando o conceito, a autora segmenta as interações dos principais grupos de atores em três esferas distintas e complementares: *governo*, referente às entidades formais responsáveis pela administração pública e pela criação das leis que regem o Estado; *governança*, referente às entidades formais e informais envolvidas na definição da forma de governar, incluindo atores estatais e não-estatais capazes de construir regras e acordos que se refletirão na sociedade; *governabilidade*,² referente ao contexto social e cultural no qual surge e valida-se uma modalidade de governança.

Essa segmentação mostra que as construções políticas atuais são processos complexos, que envolvem múltiplos atores e níveis de interação. Se essa complexidade já está presente no âmbito de um Estado particular, é ainda maior no contexto das densas interações internacionais típicas do momento histórico atual. Esse é o cenário no qual Braman discute as condições de emergência de um regime global de política de informação. Considerando-se, no entanto, o caráter heterogêneo da informação, simultaneamente relacionada a meios tecnológicos, sujeitos cognitivos e um contexto social cada vez mais amplo, esse desafio teórico passa a incluir até mesmo o *questionamento* da própria possibilidade de padronizar o sistema político global respeitando e garantindo o bem comum, numa nova sociedade mundialmente concebida. Esse questionamento exige uma discussão de ordem epistemológica, levando-nos a abordar aspectos conceituais da epistemologia e explorar algumas relações entre esse campo da reflexão filosófica e as construções teóricas de caráter epistêmico-político de interesse da Ciência da Informação.

3 EPISTEMOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Segundo Japiassu (1975), a epistemologia é o estudo crítico de princípios, hipóteses e resultados das diversas ciências, abordando, através do olhar filosófico, a natureza, as condições e as limitações do conhecimento humano. Fallis (2006a),³ conceitua a epistemologia como o estudo do que é o conhecimento e de como ele é adquirido pelas pessoas, destacando-a como a área da filosofia mais importante para a Ciência da Informação. Aponta também que os trabalhos em epistemologia podem auxiliar no esclarecimento dos objetivos visados por pessoas que buscam informação e conhecimento e podem, ainda, guiar importantes tomadas de decisão sobre uso e controle da informação, contribuindo na identificação de práticas e políticas que facilitem a aquisição de conhecimento. A epistemologia ajuda, ademais, na determinação das possibilidades de identificar: 1) quais objetos são de valor epistêmico; 2) condições de estruturação desses valores epistêmicos, em termos de a) adequação a uma hierarquia, b) importância relativa e c) distribuição, em temas, tempo (velocidade versus confiabilidade; velocidade versus quantidade) e pessoas (disseminação *versus* quantidade); 3) estruturas ausentes. Como benefícios dos estudos epistemológicos da Ciência da Informação, Fallis aponta o subsídio à definição de melhores políticas de informação e a outras decisões de resultados epistêmicos importantes, além do levantamento de questões e respostas importantes para a epistemologia pura. Sua análise das discussões de diversos autores destaca o trabalho de Margaret Egan e Jesse Shera⁴ – considerado o primeiro a indicar a epistemologia como um estudo central para a área – e enumera aplicações e limitações, com especial atenção ao que Egan e Shera chamam de *epistemologia social*.

A epistemologia social pode ser vista como ramo da epistemologia que visa a identificar o papel desempenhado pelos fatores sociais e instituições sociais na aquisição de conhecimento. Os

epistemólogos sociais buscam compreender os processos através dos quais o conhecimento é socialmente construído e adquirido, estudando onde e como ocorre a aquisição do conhecimento no contexto social. Um dos primeiros propósitos dessa disciplina foi oferecer uma fundamentação teórica à Ciência da Informação, com base na compreensão de como o conhecimento é adquirido e utilizado. Mas, a seguir, ela também teria implicações práticas, tornando serviços de informação mais efetivos na facilitação do acesso intelectual ao conhecimento (FALLIS, 2006b).

Destacando a epistemologia social, Fallis apresenta um primeiro ponto de vista importante para as nossas teorias. Mas há outra possibilidade, especialmente valiosa para a reflexão sobre questões relacionadas à política, que advém de algumas contribuições de Latour (2004a). Ao discutir questões relacionadas à ciência e à política, mais precisamente sobre como fazer ciência na democracia, esse autor aponta três possibilidades: (i) epistemologia; (ii) epistemologia (política), ou polícia epistemológica; (iii) epistemologia política.

De acordo com Latour (2004a), nada deveria ser mais “inocente”, à primeira vista, que a epistemologia que pretende ser “o” conhecimento do conhecimento, “a” forma de descrever as ciências, “o” estudo que propicia descrição meticulosa das práticas científicas em toda a sua complexidade. Os epistemólogos dessa vertente pretendem compreender o “segredo” das práticas científicas. Essa primeira possibilidade, a **epistemologia “pura”**, vê-se como um estudo tão isento das ciências e de seus procedimentos que, ao aplicar a filosofia aos problemas do conhecimento, sequer tem necessidade de preocupar-se, particularmente, em afastar a questão política.

A segunda possibilidade epistemológica diz respeito a um processo de politização das ciências. Ela pretende limitar-se à ciência, no intuito de evitar toda interrogação sobre a natureza das complexas relações entre ciência e sociedade, evocando a ciência como única salvação contra o caos social. Seus epistemólogos pretendem que o problema do conhecimento deve ser distinguido da questão política, a fim de manter sob controle o *frenesi* do mundo social. Trata-se da **epistemologia (política)**, que acaba por fazer política ao abrigo de toda política – daí os parênteses. Essa atitude significa uma desvirtuação das teorias do conhecimento para dar razão à política, mas sem respeitar os procedimentos de funcionamento e coordenação nem da ciência, nem da política. Pode ser maliciosamente chamada epistemologia policial, polícia epistemológica, ou, ainda, como faz Gómez (2004), política epistemológica. A política epistemológica constitui uma distração no caminho pelo qual a filosofia política poderia levar. Mais até do que *distração*, ela se torna um embaraço, acarretando atraso à investigação epistemológica que busca tratar, simultaneamente, da organização da vida pública e das ciências.

Chega-se, assim, à terceira possibilidade, que Latour chama **epistemologia política** (sem parênteses) e é a mais valiosa para a nossa discussão, ao referir-se à análise da distribuição explicitada de poderes entre as ciências e as políticas no contexto uma “Constituição”. Gómez (2004) destaca que a epistemologia política torna-se uma regra geral de distribuição ontológica do poder, que acaba por definir os procedimentos, sejam tecnológicos ou epistemológicos, que passam a ser formalmente reconhecidos como exemplares. Os epistemólogos políticos concordam em tratar como um mesmo problema filosófico a teoria das ciências e das políticas. Latour (2003), com seu costumeiro jogo de metáforas, afirma que “a epistemologia política não é uma distorção infeliz da boa epistemologia ou da boa política, e sim uma tarefa necessária àqueles que escrevem uma ‘Constituição’, distribuindo poderes nos diversos ‘ramos’ desse vasto ‘governo das coisas’, em busca do melhor acordo entre ‘perdas e ganhos’” (não paginado, tradução dos autores).⁵ Ainda conforme Latour, “a epistemologia política lida sempre com a composição do mundo comum e deve, portanto, ser capaz de distinguir entre as boas e as más

articulações entre ciência e política, e não apenas entre as ciências boas e más” (Latour, 2004b, p. 223, tradução dos autores).⁶ Portanto, a concepção de epistemologia política constitui uma abordagem valiosa para enfrentar os desafios referentes à construção de políticas de informação.

4 CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO: DESAFIOS A ENFRENTAR

A visão de uma sociedade internacionalmente “globalizada” é freqüente e intensamente propalada, nos dias de hoje, a partir dos discursos hegemônicos. A própria discussão proposta por Braman (2004) ilustra esse contexto discursivo, pois, ainda que busque contemplar a complexidade dos processos considerados, parece assumir como pressuposto uma tendência quase “natural” à emergência de um regime global de informação.

No atual cenário das relações internacionais, o significado geopolítico desse tipo de naturalização constitui motivo de preocupação para os países periféricos e semi-periféricos. No que diz respeito à informação, nessa sociedade “globalizada”, o forte ímpeto de homogeneização orientado pelos interesses internacionalmente hegemônicos dificilmente propiciará suficiente cuidado com aspectos como os destacados por Freire (2006, p. 59), ao apontar a “necessidade de situar os acontecimentos e processos (culturais, organizacionais, produtivos, políticos) em diferentes planos de integração, considerando a complexidade dos nós [links] que entrelaçam o local e os mundos externos, em todas as suas manifestações”.

Em meio a dinâmicas sociais fortemente marcadas pela globalização homogeneizante, deve receber especial atenção a preservação de suficiente espaço para aspectos como o respeito às particularidades e diferenças culturais e a garantia do bem comum. Indo ao encontro dessa reflexão, Aun (1999) registra, a partir de entrevistas com importantes personalidades francesas da área, seis desafios a considerar na criação de uma política de informação: 1) preservar cada cultura local, mesmo frente ao maciço estrangeirismo lingüístico, voltado a valorizar a cultura norte-americana; 2) promover a aproximação cultural, sem perder especificidades locais; 3) garantir conteúdo e contextualização à informação, para que ela seja de fato útil ao usuário a que se destina; 4) propiciar cooperação entre os Estados para a construção de mecanismos de controle e regulamentação do descomunal fluxo das informações lançadas em circulação, diariamente e em nível mundial, pela internet; 5) diminuir a constante e angustiante sensação de incompetência gerada pela ausência de uma regulamentação das novas formas de trabalho advindas do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação; 6) não permitir que a regulamentação da sociedade da informação seja pautada somente por interesses econômicos.

Os desafios apontados por Aun demonstram a complexidade que se opõe à pretensão de construir uma política para a sociedade global da informação. Há um cruzamento inevitável entre a criação de políticas de informação e outras políticas, já existentes ou ainda necessárias, sejam sociais, culturais, de relações internacionais etc. Segundo Gómez (1999), “a sociedade da informação poderia ser entendida como aquela em que o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do estado”.

O alerta de Gómez sobre esse inescapável entrecruzamento permite inferir que a presença *articulada* da informação nas outras políticas é o *pressuposto* fundamental para a construção da sociedade da informação. Esse aspecto central fica patente na afirmação complementar de que “a centralidade da comunicação e da informação produziria a maior dispersão das questões políticas da informação, perpassada e interceptada por todas as outras políticas: as públicas e as informais, as tácitas e as explícitas, as diretas ou indiretas” (Gómez, 1999). Esta é a questão-chave da

análise, neste ponto: sem o cumprimento desse *pressuposto*, torna-se temerário falar na existência real de uma sociedade da informação. E, de um ponto de vista prático, esse *pressuposto* parece ainda distante de ser constatado, no complexo cenário momento atual. Tanto nos contextos nacionais quanto no contexto mundial, não se encontra, com facilidade, uma real construção de políticas de informação. Ao contrário, como ressalta Aun, o que se presencia remete muito mais “ao desenvolvimento de planos e ações que refletem um imediatismo de respostas compulsivas à ditadura de um mundo regido pelo capital” (1999, não paginado). Isso implica que devem ser colocados entre parênteses os discursos mais assertivos e enfáticos sobre uma “sociedade da informação”. Diante dessa percepção, parece valioso buscar abordagens que propiciem uma discussão mais lúcida e ampla sobre as políticas de informação e os desafios de sua construção, de forma ampla e democrática, diante da centralidade exercida por poucas nações.

5 ABORDAGENS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS

Pelo vulto que assumem, os desafios assinalados demandam uma abordagem teórico-conceitual mais profunda. O recurso à reflexão epistemológica traz contribuições relevantes, mas, ainda assim, deixa uma questão ou escolha: epistemologia social ou epistemologia política?

Conforme visto anteriormente, a epistemologia política pretende fornecer uma espécie de base sobre a qual se sustenta, simultaneamente, o trabalho do cientista e do político – ou seja, as ciências e a vida pública. Não parece haver aí nenhuma novidade, em relação àquilo de que já se ocupava a epistemologia social, ao buscar a compreensão da influência exercida pelos fatores sociais e pelas instituições sociais, indiscutivelmente presentes nas ciências e nas políticas. O que nos parece novo, nesse cenário, é a “Constituição” no contexto da qual a epistemologia política compreende a distribuição de poderes entre atores científicos e políticos. Latour (2004a) toma o termo do direito e da ciência política, atribuindo-lhe uma acepção mais metafísica, que remete a uma distribuição, entre seres humanos e não-humanos, do gênero de poder, de capacidade de palavra, de mandato, de vontade que eles recebem.

A constituição, nesse caso, toma por base a noção de coletivos, proposta por Latour, que envolve tanto pessoas quanto coisas. Essa é uma perspectiva valiosa, devido ao caráter complexo e plural do contexto no qual se insere a produção e o uso do conhecimento e da política, que envolve pessoas, instituições, fatos e artefatos.

A abordagem da *epistemologia política* permite também estudar as complexas relações que ocorrem entre os atores envolvidos no processo informacional, ou seja, naquilo que Frohmann (1995) vai chamar *regimes de informação*. Esta noção, que, ao lado da epistemologia política, constitui a segunda abordagem privilegiada neste estudo, foi postulada com base na Teoria de Atores em Rede (ANT),⁷ desenvolvida por Latour, como um possível referencial analítico para a política de informação. Conforme Frohmann (1995), a ANT distancia-se do reducionismo naturalista e científico, uma vez que permite considerar um regime de informação algo formado ou articulado por uma rede de atores, humanos e não-humanos, que interagem a partir de uma multiplicidade de elementos naturais, sociais e discursivos.

Baseada na noção de “Constituição”, a epistemologia política é também concebida na perspectiva da ANT e pode ser estudada como possibilidade de abordagem teórica para se analisar as práticas, regimes e políticas de informação. Ela tem como objetivo abranger a complexidade e a diversidade encontrada nos regimes, considerando a existência de elementos naturais (não-humanos), elementos sociais (grupos e classes sociais – com seus conflitos e

interesses – e as diversas relações de poder existentes) e elementos discursivos (ideais dominantes, mensagens ideológicas).

A partir dessa perspectiva, é possível considerar que os diversos elementos do campo informativo, no contexto tanto da produção quanto do conteúdo produzido, são “nós” ou nodos de redes de informação, ou elementos de um regime de informação. Conforme Gómez (2004),

Uma epistemologia política **da informação** [grifo nosso] colocaria de manifesto as premissas meta-discursivas que através do enquadramento das informações por atores privilegiados reforçam as práticas tradicionais e a reprodução da ordem estabelecida, represando as possibilidades de transformação e de apropriação heurística da informação. (2004, não paginado)

A autora sinaliza, assim, a possibilidade de apropriação da noção de epistemologia política para reflexões pertinentes ao campo da informação, numa abordagem que pode servir, em particular, ao tema das políticas de informação. Seu alerta insta-nos a discutir modelos teóricos adequados à busca de uma perspectiva de apropriação contra-hegemônica da informação.

Ainda outra abordagem contribui para a reflexão crítica sobre a inserção dos diversos interesses locais em contextos globais. Santos (2004) propõe um *paradigma multicultural*, para enfrentar os atuais dilemas das ciências sociais e evitar que a surpreendente riqueza da experiência teórico-epistemológica em curso nos países não-centrais continue sob o enorme desperdício produzido pelo alastramento impositivo e cerceador da racionalidade moderna – *razão indolente*. O autor remete ao projeto de pesquisa *A reinvenção da emancipação social*, que coordenou, de 1999 a 2001, e envolveu 69 cientistas sociais de África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal, países periféricos e semi-periféricos com forte resistência à globalização neoliberal e exitosas experiências de criatividade metodológica e epistemológica.⁸

O recrudescimento perverso e desmobilizador de tendências positivistas, sob avassaladora pressão da globalização econômica, leva a aprofundar uma análise epistemológica anterior (SANTOS, 1999) e apontar necessidade de reformulação paradigmática das ciências sociais, para evitar que sejam incapacitadas de ajudar na compreensão ampla da realidade atual e subsidiar movimentos de emancipação social e luta contra-hegemônica. Santos (2004) aponta vícios na racionalidade moderna, desenvolve a crítica aqui resumida, com base em idéias ligadas ao multiculturalismo e à noção de tradução, e apresenta sua contraproposta: a *razão cosmopolita*.

A crítica à *razão metonímica* enfrenta a obsessão de totalidade da racionalidade ocidental moderna, construída com a negação da matriz oriental e silenciamentos diversos. Santos faz a contraproposta de dilatar o presente, numa ampliação promovida pela *sociologia das ausências*, que rompe com as ciências sociais convencionais e demonstra que o que não existe é ativamente *produzido como não-existente* – alternativa não-credível ao propalado como existente. A nova abordagem implica substituir *monoculturas* vigentes em cinco campos – canonização do saber, linearidade do tempo, classificação social, escala espacial de eventos, produtivismo capitalista – por cinco *ecologias* – saberes, temporalidades, reconhecimentos, trans-escalas, produtividade. Esse esforço contra-factual exige imaginação sociológica, no nível epistemológico e democrático, para que cada par monocultura/ecologia receba duplo tratamento desconstrutivo-reconstrutivo.

A crítica à *razão proléptica* acusa a dilatação e o descuido que a monocultura do tempo linear impõe ao futuro, com a presunção de conhecimento sobre sentido e direção da história e a expectativa de progresso irreversível e ilimitado. A *sociologia das emergências* busca atenuar a discrepância entre a concepção de futuro da sociedade e dos indivíduos e contribuir para a

dilatação do presente. Apelando ao conceito do Ainda-Não (*Noch Nicht*), de Ernst Bloch, Santos propõe trocar o futuro vazio concebido com o tempo linear pela noção de um futuro incerto, iluminado pelas possibilidades plurais, concretas e utópico-realistas, construídas no presente, através de atividades que materializem o cuidado.

O *campo* das novas sociologias são as diferentes experiências disponíveis ou possíveis e os saberes a elas associados, nos subterrâneos e margens dos sistemas dominantes, com destaque para: conhecimentos; desenvolvimento, trabalho e produção; reconhecimento; comunicação e informação. A diminuição da discrepância entre experiências e expectativas sociais demanda uma *nova semântica das expectativas*, contextualizada em possibilidades e capacidades concretas e radicais em busca de realização e, assim, capaz de defender da frustração as experiências em curso, apontando os novos e plurais caminhos das emancipações sociais.

As duas novas sociologias compõem a *razão cosmopolita*, contraposta à razão indolente e à visão não problematizadora do pós-modernismo “celebratório”. À legítima pergunta sobre *qual a alternativa à grande teoria*, Santos responde com o *trabalho de tradução*. Este possibilita, num contexto multicultural, criar inteligibilidade recíproca entre distintas experiências trazidas à existência e percebidas, simultaneamente, como partes e totalidades na produção de saberes tomados, uns em relação aos outros, de modo ao mesmo tempo desconstrutivo e reconstrutivo. O trabalho de tradução requer dupla abordagem. A *tradução entre saberes*, que constitui uma hermenêutica diatópica, busca interpretação entre culturas pela interligação das preocupações isomórficas e das diferentes respostas produzidas. O pressuposto básico é que toda cultura é incompleta e pode enriquecer-se no diálogo e no confronto com outras – não um relativismo, mas um universalismo negativo, uma teoria geral residual, ou teoria geral da impossibilidade de uma teoria geral. A sensação de carência gerada pela incompletude cultural dá à tradução motivação especialmente frutífera quando coincidem o cruzamento de culturas convergentes e a busca de inteligibilidade recíproca entre saberes não-hegemônicos, que se articulam numa construção contra-hegemônica. Já a *tradução entre práticas sociais e seus agentes* visa à inteligibilidade recíproca entre formas de organização e objetivos de ação, incidindo sobre saberes aplicados, transformados em prática e materialidade, para permitir alianças e abrir possibilidades de definir, constelações de práticas com maior potencial contra-hegemônico, em momento e contexto histórico concreto. A visão em pauta é que agregação a partir de baixo parece a única alternativa possível à agregação imposta de cima por uma grande teoria ou um ator social privilegiado.

O complexo caráter da tradução – simultaneamente intelectual, político e emocional – exige considerar com cuidado condições e procedimentos que intervêm na abertura de caminhos que propicia: o que traduzir? Entre quê traduzir? Quando traduzir? Quem traduz? Como traduzir? Nessa discussão, a noção de *zona de contato* caracteriza os campos sociais onde se encontram, chocam-se e interagem diferentes mundos-da-vida normativos, práticas distintas e conhecimentos diversos. Essa visão contrapõe-se às zonas de contato epistemológica e colonial, impositivamente criadas pela modernidade ocidental, e busca a construção de outras novas, reclamadas pela razão cosmopolita, ponderando que cabe a cada saber ou prática decidir o que é posto em contato com quem. A tradução intercultural corresponde, assim, ao trabalho de imaginação epistemológica e democrática demandado pelo desenvolvimento de novas e plurais concepções de emancipação social, sobre as ruínas daquela, automática e ilusória, antes prometida pela modernidade ocidental. Mas Santos alerta: sua proposta de *multiculturalismo emancipatório* significa uma opção pela reinvenção do presente sem garantia de que um mundo melhor seja de fato possível e nem de que todos os que não desistiram de lutar por ele o concebam do mesmo modo.

6 MODELOS ANALÍTICOS

A abordagem do multiculturalismo emancipatório e a proposta metodológica da tradução intercultural de Santos articulam-se com o modelo analítico sintetizado no quadro de estruturação das sociedades capitalistas no sistema mundial. Um complexo cenário de criação de *estruturas* e possibilidades de *ação* é analisado, em cada um dos seis espaços estruturais considerados – doméstico, produtivo, mercantil, comunitário, cidadão, mundial –, através de seis dimensões analíticas: unidade de prática social, instituições, dinâmica de desenvolvimento, forma de poder, forma de direito, forma epistemológica (SANTOS, 2000). Há uma clara articulação teórico-metodológica entre a análise que o autor faz dos modos de produção das formas de poder, direito e conhecimento e a noção sobre a ativa produção de inexistências, que pode ser pensada em termos políticos, culturais e informacionais, entre outros. Essa perspectiva tem importância central para o estudo da construção de políticas públicas, em geral, e de informação, em especial.

Também valioso para o estudo da construção de políticas é o modelo analítico proposto por Janete Azevedo (2004). Ainda que a atenção volte-se mais diretamente à educação, o modelo aplica-se a políticas sociais em geral, é extensível a outros campos de estudo e bastante robusto, já que desenvolvido na interseção de três vertentes teórico-analíticas – neoliberal, liberal moderna e marxista – com base no trabalho de Pierre Muller e Bruno Jobert. Sua proposta heterodoxa flexibiliza as categorias analíticas dessa interseção, fecundando a teoria liberal moderna da cidadania com uma visão marxista das relações Estado-sociedade que supera o estrito enfoque econômico da intervenção pública, enquadrando essa dimensão numa zona de conflito de interesses intra e inter-setoriais ordenados, articulados e hierarquizados num “referencial normativo global”, correspondente ao projeto de sociedade vigente em certo período.

Na dimensão política, prevê-se uma relação entre intervenção estatal e organização social na qual o espaço propriamente “político” das políticas públicas é a dialética entre a reprodução global da sociedade e a de cada setor específico. Propõe-se uma visão gramsciana do Estado como instância superestrutural ampliada, envolvendo *sociedade política* e *sociedade civil*, que tem visibilidade e materialidade através das políticas públicas – o “Estado em ação”. Soma-se um modelo durkheimniano de sociedade setorizada, pela divisão social do trabalho, nas especializações que exige a vida moderna – educação, saúde, transportes, segurança, construção, finanças etc. Cada pessoa participa mais diretamente de algum dos setores, em sua atividade profissional, mas é também usuária de outros. O Estado tenta garantir que todos eles se reproduzam em harmonia com os interesses sociais predominantes. Uma política pública (ou plano de ação) para um setor específico tenderá a ser formulada à medida que uma questão a ele referente seja socialmente problematizada, pela ampla discussão, e exija a ação do Estado. Isso ocorre em todas as políticas: apoio à mulher trabalhadora, combate à violência contra a mulher, preservação do meio-ambiente, programas preventivos de DST/AIDS etc.

Na educação, escola e sala de aula são o elo final da política, os espaços de concretização do *referencial normativo global* – projeto ou modelo mais amplo de sociedade construído pelas forças sociais que manifestam interesses ao Estado e à máquina de governo. Tal projeto materializa-se em programa de ação (*policy*) num processo que articula, principalmente em torno à definição das diretrizes de desenvolvimento econômico, as relações de poder típicas do domínio da política (*politics*). Mas outros elementos interferem nesse processo, como condicionamentos aí gerados pelas disputas que grupos integrantes dos diversos setores sociais travam, entre si, pelo atendimento a demandas específicas. Como os resultados das disputas dependem do poder de pressão dos que dominam o setor em cada momento, a hegemonia interna propicia condições de

influenciar o conteúdo da solução política da questão em foco. A definição de conteúdo tem, assim, uma *dimensão ideológica*, manifesta tanto no processo legislativo quanto na aplicação da lei. Tal dimensão é abordada com foco na *representação social*, noção mais específica que a de ideologia e referente ao saber prático dirigido aos objetos do real, com funções de apreensão, apropriação e significação. Em cada setor, as disputas dos grupos internos pela hegemonia dependem das ações e das representações sociais dos seus atores. Essas disputas definem a representação social dominante no setor, constituindo o *referencial normativo intra-setorial*, que dará base às disputas *inter-setoriais* pela influência na elaboração das políticas públicas.

Nesse modelo, a política pública é vista como construção multidimensional. A *dimensão cognitiva*, referente ao conhecimento técnico-científico e às representações sociais dos atores e legisladores, delinea as leituras possíveis de problemas e soluções. A *dimensão instrumental*, referente às medidas concebíveis para abordar as causas dos problemas, conjuga dados técnicos com valores sociais. A *dimensão normativa* exprime a relação entre políticas, valores e práticas culturais e sociais prevalentes, articulando a política pública com o projeto global em curso na sociedade, implicando que as soluções concebidas tendam a respeitar e preservar os valores dominantes. A orientação investigativa contempla múltiplas dimensões da construção de políticas públicas: determinantes estruturais, atuação das subjetividades e papel dos sistemas valorativos.

No caso da política de informação, o modelo contempla o caráter auto-referencial e retro-alimentador especialmente sugestivo da complexidade em questão: a informação está na base da geração de representações sociais que influenciarão as leis e regras que contribuirão para regular os próprios fluxos de informação... Quanto ao “elo final” da política, a configuração é bem mais dispersa do que na educação. A percepção das inúmeras instâncias e instituições em que se dão as interações informacionais esclarece ainda mais a dispersão política assinalada por Gómez (1999), aumentando a importância de articular o modelo de Azevedo com o quadro de estruturação de Santos. Isso permite abordar em mais detalhes a complexa dinâmica interna dos múltiplos espaços estruturais manifestos em cada setor social. Além disso, a idéia de tradução permite associar a visão de cooperação às noções de conflito e disputa e, assim, contemplar a necessidade de estabelecimento de constelações que marca interações emancipatórias entre atores integrantes de setores sociais e outros níveis coletivos. Do êxito nesse esforço dependerá a eficácia das construções políticas que se pretendam contra-hegemônicas e voltadas à perspectiva do interesse social mais amplo e da compatibilidade com a noção de bem comum.

7 POLÍTICAS E REGIMES DE INFORMAÇÃO: O LOCAL E O GLOBAL

No contexto de homogeneização globalizante que tende a envolver muitas questões relevantes para as políticas de informação, torna-se muito importante valorizar iniciativas locais que contribuam, como teoriza Boaventura Santos, para a reversão de ausências e inexistências, a emergência de uma produção mais ativa da vida futura e o adensamento das construções políticas contra-hegemônicas. Como exemplo de iniciativa com esse potencial, no campo das práticas de informação, discutimos um projeto em desenvolvimento em Quissamã, no Rio de Janeiro.

A história econômica do município registra recentes benefícios da produção de petróleo na bacia de Campos. A prosperidade daí advinda trouxe melhoria das condições materiais de vida, gerando resultados como bons índices escolares, no âmbito estadual. Mas trouxe também alguns riscos de ordem imaterial, pois o aumento da “importação cultural” submete a cultura local a um contexto de forte concorrência, que produz uma tendência de “apagamento”. O projeto

Janelas da Cultura Local (FREIRE, 2006) propõe uma pesquisa-ação para o desenvolvimento e a publicação de um hipertexto digital sobre o folclore local. O trabalho envolve a capacitação de integrantes da comunidade no uso de tecnologias de informação e comunicação, abrindo perspectivas de inclusão digital, além de estimular a participação direta de indivíduos e grupos em manifestações da tradição folclórica regional, numa perspectiva de resgate e preservação. Tendo por base as discussões sobre redes sociais propostas por Manuel Castells, o projeto busca envolver e articular os atores locais, propiciando e estimulando uma participação que é concebida como propriedade emergente, e não como condição definida a *priori*. Entre as metas fixadas, está a identificação do regime de informação e dos elementos constitutivos da identidade cultural local, com vistas à valorização e à ampliação de visibilidade de suas manifestações.

O trabalho proposto parece apresentar boas possibilidades de contribuir para a emergência e a construção de formas mais lúcidas de interação entre cultura local e influências globais trazidas pela “importação cultural”. Há, porém, cuidados a observar, já que a própria existência desse movimento de importação envolve as tecnologias de informação e comunicação, presentes tanto na divulgação de produtos da indústria cultural para a comunidade local, incitando o desejo de consumo, quanto na divulgação, para empresários e outros representantes dessa indústria, de informações sobre o maior potencial de consumo dessa comunidade e, daí, sobre a conveniência de “investir” nela. Assim, integram esse movimento – mesmo apenas no âmbito nacional – formas de mediação entre cultura local e cultura global manifestas, por exemplo, quando eventos da tradição local perdem espaço para shows de grupos musicais famosos, vindos de outra região, mas já muito conhecidos, localmente, por meio da televisão e outras tecnologias. Em contextos assim, a mediação das relações local-global precisa ser pensada com o cuidado necessário para que a introdução de novos elementos tecnológicos evite o mero reforço da lógica capitalista. A introdução de novas mediações tecnológicas deve buscar a perspectiva de real *capacitação*, como alerta Santos (2000), para enfrentar o desafio da entrada numa “arena” de trocas desiguais em que interações informacionais e relações de poder aproximam-se e confundem-se. Afinal, é às regras do jogo dessa arena que dizem respeito as políticas de informação.

Com atenção a tais cuidados, parece-nos frutífera a realização de projetos como esse, que podem lançar desafios à capacidade de imaginação sociológica, reflexão teórica, planejamento metodológico e ação social, propiciando contribuições potencialmente relevantes para influenciar o debate sobre a elaboração de políticas de informação. A constelação, numa rede de informação e comunicação, de iniciativas semelhantes, já em curso ou possíveis de realizar-se em diversas partes do país, pode ensejar a produção de valiosos subsídios para esse debate.

No entanto, é importante fazer algumas ponderações quanto à abordagem teórica adotada no projeto de Quissamã, em relação às redes, e indicar a vantagem de uma escolha alternativa. Com efeito, as abordagens e os modelos aqui propostos para as políticas e regimes de informação privilegiam a participação dos atores sociais. Essa noção aparece, como elemento central, nas abordagens que envolvem redes, como é o caso daquela escolhida por Freire (2006), que, embora trabalhe com a noção de regime, como aqui sugerido, conjuga-a com a abordagem de Manuel Castells – que define as *redes sociais* integradas por pessoas e instituições, ou seja, apenas por atores humanos – e não com a de Bruno Latour – que concebe as *redes sociotécnicas* como integradas por pessoas e artefatos, ou seja, por atores humanos e não-humanos. À luz da diferença assinalada, é possível apreciar que a abordagem de Latour propicia uma perspectiva mais adequada à reflexão e à ação necessárias às construções socio(técnicas) propostas no

projeto, que demandam compreensão profunda e crítica do papel das mediações tecnológicas nas interações informacionais, a fim de propiciar a emergência de participações mais potentes.

Se o papel da tecnologia for visto apenas como de mediação neutra, será reforçada a idéia de que não há assimetrias de poder entre os nós da rede, ou seja, entre os atores participantes do regime e das práticas de informação prevalentes. Essa é a perspectiva decorrente da abordagem de Castells. Uma mediação neutra pressupõe, no entanto, a participação da tecnologia como fator de produção de diálogo entre “partes” que se reconhecem em condições iguais de existência e potência. Mas, como sugere Boaventura Santos, se uma dessas partes supõe-se “todo”, como nas relações hegemônicas, esse processo metonímico tende a estabelecer uma relação monológica, e não dialógica, na qual a tecnologia – qualquer seja ela – terá papel não de fator passivo de uma mediação equilibrada, mas sim de *agente*, ou *ator*, que desempenha papel de preposto da “parte-todo”, numa relação de troca desigual que potencializa essa “parte” mais do que a outra. A abordagem das redes sociotécnicas, de Latour, permite essa reflexão com muito maior clareza.

A perspectiva teórica das redes sociotécnicas possibilitou a Latour a idéia da necessidade de negociar uma “Constituição” reguladora da distribuição de poderes e conduziu-o à abordagem da epistemologia política. Para a reflexão sobre a construção de políticas públicas, essa abordagem consegue captar não apenas a necessária lógica de associação entre aspectos formais e informais inerente aos regimes de informação. Como reconhece o próprio Frohmann (1995), Latour possibilita, ao atribuir aos objetos técnicos função que os eleva à categoria ontológica de atores nos processos políticos dos níveis micro-estrutural e macro-estrutural, um aprofundamento da crítica e a diminuição do risco de adesão celebratória, também sinalizado por Boaventura Santos, a um “admirável mundo novo” global integrado pelas tecnologias de informação e comunicação. Quando os próprios objetos técnicos produzidos por *outra* cultura local passam a ser vistos como atores de uma rede de relações de poder, em meio às trocas desiguais de ordem material e não-material que integram um regime de informação, não é mais possível conceber articulações de fato emancipatórias entre local e global se não houver clareza sobre qual o ponto de equilíbrio entre as tensões opostas voltadas a localizar o global e globalizar o local.

De fato, é preciso analisar com cautela o discurso sobre que o local dá suporte e condição para as relações globais, oferecendo o espaço no qual a globalização expressa-se e assume especificidade. Se isso é verdade para *um* local particular, é apenas porque, na relação globalizante, algum *outro* local expressa-se naquele primeiro. Se essa expressão ocorrer em prejuízo das formas próprias do primeiro local, a relação entre os dois não será simétrica. Sendo, ao contrário, assimétrica, poderá tender à hegemonia, à dominação, à colonização.

As relações entre local e global pressupõem localizar o global e também deslocalizar – para globalizar – o local. No entanto, a partir de certo limite, deslocalizar implica produzir a inexistência de características dos atores locais, convergindo com a lógica de colonização denunciada por Boaventura Santos. Nesse contexto, aumenta a percepção crítica do risco que pode representar a perspectiva de uma mera “digitalização” da cultura local, para “publicação” em âmbito global. Essa idéia poderia mesmo vir a reforçar hegemonias, em vez de propiciar a preservação e a recriação da cultura local.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios que enfrenta a construção de políticas de informação são muitos e mostram a complexidade dessa pretensão, sobretudo no âmbito da global “sociedade da informação”, frente

ao inevitável entrecruzamento das políticas de informação com outras políticas e regimes. A dificuldade da abordagem consistente desse quadro permite entender – mas não justificar – o fato de ocorrerem, o mais das vezes, apenas planos e ações de caráter limitado, refletindo um imediatismo compulsivo e compulsório que responde a interesses puramente econômicos.

As abordagens apresentadas auxiliam no enfrentamento desses desafios. A *epistemologia política* complementa o *regime de informação*, contribuindo para compor um referencial teórico que incita ao estudo profundo das complexas relações mantidas pelos atores envolvidos. Postuladas ambas na perspectiva da ANT, tais abordagens permitem ver na política de informação uma construção descritível através dos regimes e estruturada por uma rede de atores humanos e não-humanos, em interação a partir de múltiplos elementos naturais, sociais e discursivos. Completam-se o aspecto descritivo do regime e o aspecto compreensivo-explicativo da epistemologia política. Na linha das construções contra-hegemônicas, o *multiculturalismo emancipatório* amplia ainda mais a percepção das possibilidades que a estruturação aproveita ou desperdiça, a depender de quais saberes e práticas são ou não postos em diálogo e constelação.

Os modelos apresentados abarcam a complexa dinâmica da ação dos múltiplos espaços estruturais e setores sociais, conjugando cooperação contra-hegemônica e disputa hegemônica. Essa perspectiva analítica contempla a necessidade de, nos diversos níveis de interação coletiva, os atores que representam as vozes “inexistentes” estabelecerem constelações de práticas e relações que ampliem o potencial das relações contra-hegemônicas e construções emancipatórias.

Juntos, abordagens e modelos podem potencializar as articulações possíveis numa rede de atores sociais, como pretendido em ações afirmativas e contra-hegemônicas. Mas para que a rede possa ser vista, de fato, como *sociotécnica*, é necessário trabalhar por uma apropriação social ativa da competência e dos meios tecnológicos e pelo desenvolvimento, entre os atores locais, de uma clara visão dos outros nós da rede – locais e globais – também como atores, com demandas a realizar e poderes em plena ação para essa finalidade. Busca-se, assim, a percepção lúcida do contexto de interesses e conflitos em que se insere cada cultura local e que torna vital lutar pela manifestação da própria voz e saber identificar e diferenciar parceiros e contendores, a fim de estabelecer constelações verdadeiramente potencializadoras de relações emancipatórias, e não conexões que logo podem abrir caminho para o desenvolvimento de novas relações hegemônicas.

É importante confrontar a representação teórica do real com a representação social vigente, em cada comunidade local, sobre o campo da ação em pauta. Se a representação teórica tiver como pressuposto a existência de simetria na interação “global” com outros locais, reforçará o peso da percepção de simetria na representação social da comunidade local, despotencializando a luta pela produção dessa mesma simetria no mundo real. Mas se a representação teórica reconhecer e acusar as assimetrias, reforçará a percepção destas na representação social da comunidade local, potencializando a luta pela produção de simetrias no mundo real. Essas considerações reforçam o cuidado com que deve ser vista a pretensão a uma construção “global” de políticas de informação. Qualquer movimento nesse sentido somente terá consistência se perceber o global como conjunto de conjuntos de locais e autorizar uma lógica em que os múltiplos níveis intermediários de localidade e globalidade possam reconhecer-se e interagir em condições de simetria. Fora disso, o discurso global embutirá tendências e pressões hegemônicas e colonizadoras. A noção de simetria deve ser também pensada como expressão da necessidade de reduzir a assustadora prevalência atual do aspecto econômico-financeiro sobre os outros aspectos – cultural, social, educacional, informacional etc. – da experiência individual e coletiva.

No caso brasileiro, há um duplo desafio, desse ponto de vista. Por um lado, a urgência perene de redistribuir renda e melhorar condições locais de diversas regiões em que nossa história produziu desfavorecimentos. Por outro lado, a eventual necessidade de atenção a lugares onde se manifeste súbita prosperidade. Nesses “locais”, a prevalência do econômico fará das novas condições um reforço à produção de inexistência e apagamento cultural e de outras ordens. Mais do que mera adaptação do “local” ao funcionamento “global”, esse processo tende a produzir cooptação, levando o “local” a tornar-se novo ator da replicação das pressões hegemônicas e colonizadoras. Por isso, é de central importância a reflexão e a ação sobre as questões de informação e comunicação, devido à potencial contribuição dessas áreas para problematizar ou naturalizar a dimensão ideológica, na percepção das complexas relações sociais estabelecidas.

O investimento brasileiro no *Livro verde* ilustra bem o desperdício de experiências locais, sequer adequadamente reconhecidas e consideradas por um projeto voltado muito mais à ilusão de replicar soluções bem-sucedidas em outros “locais”. É um exemplo, em termos da construção de políticas de informação, de adesão a uma globalização feita a serviço da ordem vigente. Outro caminho é possível: aquele baseado no reconhecimento da existência e na assimilação de iniciativas locais cuidadosamente abordadas, do ponto de vista teórico-metodológico. Esse caminho obedece a uma lógica de promoção da emergência de soluções endógenas para a construção das políticas e do futuro, podendo produzir um ciclo virtuoso de tradução de saberes e experiências e a potencialização dos múltiplos atores que devem responder por essa construção.

9 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J.M.L. Uma proposta analítica para a política educacional no espaço de interseção das abordagens. In: _____. *A educação como política pública*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 57-68. Capítulo 4. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 56).

AUN, M.P. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, 1999.

BOBBIO, N. Política. In: _____ (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. p. 954-963.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: _____ (Ed.). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-38.

FALLIS, D. Applying epistemology to information policy decisions. 2006. Disponível em: <<http://dlist.sir.arizona.edu/1631/01/fallis%5Faustin.pdf>> Acesso em: 26 mai 2007.

_____. Social epistemology and information science. *Annual Review of Information Science and Technology*, ed. Blaise Cronin, Information Today, v. 40, 2006. p. 475-519.

FREIRE, I.M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. *Ciência da Informação*, v. 35, n. 2, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciainformacao/viewissue.php?id=40>> Acesso em: 07 Jun 2007.

FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness – information, systems, people, organizations. In: Annual Conference Canadian Association for Information Science, 23, Edmond, Alberta. 1995. Disponível em: <<http://instruct.uwo.ca/faculty/Frohmann>> Acesso em: 16 Mar 2003.

GÓMEZ, M.N.G. Política e gestão da informação: novos rumos. *Ciência da Informação* v. 28, n. 2, mai./ago. 1999.

_____, ORRICO, E.G.D. As políticas institucionais das configurações interdisciplinares dos conhecimentos: repercussões nas políticas de informação e nas práticas de avaliação. *DataGramZero* v.5, n.6, dez. 2004. Disponível em: <http://www.datagramzero.org.br/dez04/F_I_art.htm> Acesso em: 29 Mai 2007.

JAPIASSU, H. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio: Francisco Alves, 1975.

LATOURET, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC, 2004a.

_____. How to talk about the body? The normative dimension of science studies. *Body and Society* v. 10 n. 2/3, p. 205-229, 2004b. Disponível em: <<http://bod.sagepub.com/cgi/reprint/10/2-3/205.pdf>>. Acesso em: 22 Mai 2007.

_____. The promises of constructivism. In: IHDE, Don (ed.) *Chasing Technology: Matrix of Materiality*. 2003. Indiana, Indiana University Press, p. 27-46.

SANTOS, B.S. Ciência. In: CARRILHO, Manuel Maria (org.). *Dicionário do pensamento contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 1991. p. 23-43.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. 11 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999. 58 p.

_____. Os modos de produção do poder, do direito e do senso comum. In: _____. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática (A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência, v. 1)*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 261-327.

_____. Introdução. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-56 (cap. 1), p. 777-821 (cap. 34).

(*) O autor registra agradecimentos ao CEFET-MG, pelo apoio institucional à sua capacitação profissional, na forma de concessão de afastamento das atividades docentes para dedicação exclusiva às atividades do doutorado.

¹ Texto originalmente apresentado na disciplina Economia Política da Informação, do PPGCI/UFMG. Registram-se agradecimentos à Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro, pelo estímulo e pelas enriquecedoras sugestões.

² A palavra governabilidade é a tradução comumente empregada, no português, do termo *governmentality*, do inglês, derivado de *gouvernementalité*, originalmente cunhado, em francês, por Michel Foucault. Ambos parecem embutir uma sugestiva alusão à noção de *mentalidade*. O fato não é casual, pois em 1999, a alusão é reconhecida e discutida por Mitchell Dean, em *Governmentality: power and rule in modern society*. Nossa observação merece um estudo histórico-conceitual à parte, pois, na falta de cuidados que compensem a ausência da referência explícita contida nos termos originais, a tradução usada no português talvez acarrete relevante perda de significação e precisão conceitual.

³ Trabalho apresentado no painel sobre Filosofia e Ciência da Informação, no *Annual Meeting of the American Society for Information Science & Technology*, sediado no Texas, em novembro de 2006.

⁴ Egan e Shera propuseram a criação de uma nova disciplina, a epistemologia social, que propiciasse o estabelecimento de um referencial para a investigação efetiva de todo o complexo trabalho que é o processo intelectual da sociedade. A referência original usada por Fallis é: EGAN, Margaret E., SHERA, Jesse H. Foundations of a theory of bibliography. *Library Quarterly*, v. 22, n. 2, p. 125-137, 1952.

⁵ “To use a traditional set of metaphors, political epistemology is not an unfortunate distortion of good epistemology or good politics, but rather the necessary task of those who write a ‘Constitution’ distributing powers in the various ‘branches’ of this vast ‘government of things’, looking for the best arrangement of ‘checks and balances’.”

⁶ “Political epistemology always deals with the composition of the common world, and thus should be able to distinguish between good and bad articulations of science and politics, not only between good and bad sciences.”

⁷ Actor Network Theory

⁸ Mais informações em www.ces.uc.pt/emancipa.